



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Junho de 2024
Data da Publicação:	18/07/2024

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Jun
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	98.229.157,43
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	18.563.476,58
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	0,00
	TOTAL	116.792.634,01

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	4.264.972,91
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	16.310.704,68
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	0,00
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	1.078.737,03
II-F	Passagens e despesas com locomoção	364.045,40
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	150.577,64
II-I	Serviços de água e esgoto	195.128,09
II-J	Serviços de energia elétrica	1.046.186,82
II-K	Serviços de telecomunicações	378.386,82
II-L	Serviços de comunicação em geral	308.380,74
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	1.936.324,96
II-N	serviços de limpeza e conservação	3.144.650,09
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	1.475.854,98
II-P	Serviços de publicidade	122.874,89
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	221.513,21
II-R	Serviços de seleção e treinamento	214.017,19
II-S	Aquisição de material de expediente	17.335,80
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	14.057,00
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	107.037,70
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	58.004,67
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	478.908,70
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	2.366.160,02
II-Z	demais despesas de custeio	8.439.550,24
	TOTAL	42.693.409,58

Inciso III – Despesas com Investimentos		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	1.304.719,09
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	1.178.576,16
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	1.233.225,57
	TOTAL	3.716.520,82

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
IV-B	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	147.991.373,00
V-B	Custeio ⁽³⁾	16.286.988,74
V-C	Investimento	0,00
V-D	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	164.278.361,74

Inciso VI – Receitas		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	11.029.483,27
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	5.668.954,98
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	10.606.167,95
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	11.030.708,84
	TOTAL	38.335.315,04

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.